



Fazer e Desfazer Gênero: Vivências de Gays na Corporação Policial¹

**Do and Undo Genre:
Experiences of Gays in the Police Corporation**

**Hacer y deshacer Género:
Experiencias de Gays en la Corporación Policial**

 <https://doi.org/10.48162/rev.48.083>

Adriana Vinholi Rampazo

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8477-3964>
arampazo@uel.br

Luiz Eduardo Pereira Batista

Universidade Estadual do Paraná
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2604-1698>
luizeduardo@gmail.com

Eduardo Camargo de Aguiar

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9713-9433>
eduardocaguiar2@gmail.com

¹ O estudo é resultado do trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa "Corpos nas organizações: repensando naturalidades".

Resumo

Nas organizações, normas de gênero atuam sobre os corpos, forçando as/os sujeitas/os, para existirem, a se submeterem ao poder, aos “jogos da verdade”, às práticas de disciplina e à normalização. Nas organizações militares, ser gay é visto como fora da normalidade – tanto dentro da Corporação, quanto pela sociedade –, uma vez que nela foi construído um ideal de virilidade. Dessa forma, nosso objetivo, neste estudo, foi compreender o fazer e desfazer gênero entre homens gays em uma organização policial. Os resultados do estudo foram construídos a partir da entrevista semi-estruturada aplicada a 11 militares gays da Polícia Militar do Paraná (PMPR), Brasil, as quais foram analisadas por meio de uma “analítica artesanal” que cruza a teoria foucaultinana do discurso e as perspectivas da Análise Crítica do Discurso (ACD). Os principais resultados demonstram que policiais gays da PMPR passam, durante suas vivências na profissão, por um processo de (des)fazer gênero complexo e multifacetado que envolve a interação entre a identidade sexual e de gênero dos policiais e as expectativas normativas da corporação (de que fazem parte e que, portanto, reforçam) e da sociedade em geral.

Palavras-chave: corpos, sujeitos, gênero, homossexualidade, performatividade

Resumen

En las organizaciones, las normas de género actúan sobre los cuerpos, obligando a los sujetos, para existir, a someterse al poder, a “juegos de verdad”, a prácticas de disciplina y normalización. En las organizaciones militares, ser gay es visto como algo fuera de lo común –tanto dentro de la Corporación como por la sociedad–, ya que allí se construyó un ideal de virilidad. De esta manera, nuestro objetivo en este estudio fue comprender el hacer y el deshacer de género entre hombres homosexuales en una organización policial. Los resultados del estudio se construyeron a partir de entrevistas semiestructuradas aplicadas a 11 militares homosexuales de la Policía Militar de Paraná (PMPR), Brasil, quienes fueron analizados a través de un “análisis artesanal” que cruza la teoría del discurso de Foucault y las perspectivas de la crítica. Análisis del Discurso (CDA). Los principales resultados muestran que los policías homosexuales de la PMPR atraviesan, durante sus experiencias en la profesión, un complejo y multifacético proceso de (des)construcción de género que involucra la interacción entre la identidad sexual y de género de los policías y las expectativas normativas de la corporación (de la que forman parte y por tanto refuerzan) y la sociedad en general.

Palabras clave: cuerpos, sujetos, género, homossexualidad, performatividad

Abstract

In organizations, gender norms act on bodies, forcing subjects, in order to exist, to submit to power, to “games of truth”, to practices of discipline and normalization. In military organizations, being gay is seen as out of the ordinary – both within the Corporation and by society –, since an ideal of virility was built there. In this way, our objective in this study was to understand the doing and undoing of gender among gay men in a police organization. The results of the study were constructed from semi-structured interviews applied to 11 gay military men from the Military Police of Paraná (PMPR), Brazil, who were analyzed through a “craftsmanship analysis” that crosses Foucault’s theory of discourse and the perspectives of Critical Discourse Analysis (CDA). The main results show that gay PMPR police officers undergo, during their experiences in the profession, a complex and multifaceted process of

(un)making gender that involves the interaction between the sexual and gender identity of police officers and the normative expectations of the corporation (of that they take part, and, therefore, reinforce) and society in general.

Keywords: bodies, subjects, gender, homosexuality, performativity

1. Introdução

Em 2018, o Edital do concurso para seleção de cadetes para a Polícia Militar do Estado do Paraná, Brasil, trazia “masculinidade” como um dos critérios de avaliação psicológica, sendo este definido como “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor” (Pavaneli & Barreto, 2018). Mesmo retirado do edital após ter sido exposto na mídia e redes sociais, a chamada “masculinidade”, que se traduz no documento como uso da força física, na coragem e no controle das emoções e sentimentos, é reiterada na organização militar como a postura adequada dos “bons policiais” (Persson, 2011; França, 2016; Alves & Rosa, 2022; Lima, 2021).

Essas normas implícitas e explícitas obrigam e repelem determinados corpos, o que faz com que aqueles que desejam participar dessas organizações passem por um processo de performatização em busca de reconhecimento (Parker, 2001). No que se refere ao gênero e à sexualidade, é reproduzida, nas organizações, a imagem cultural da dominância de gênero e da heterossexualidade compulsória, naturalizando a relação direta entre sexo anatômico e heterossexualidade (Jackson & Scott, 2001), utilizando o corpo, o gênero e a sexualidade como parte do processo de marginalização e controle (Acker, 1990; Rumens & Kerfoot, 2009; Giddings & Pringle, 2011; Priola, Lasio, Serri, & De Simone, 2018). Dessa forma, para existirem na organização, homens gays precisam enquadrar seus comportamentos às regras da heterossexualidade e demonstrar “macheza” e “virilidade”. Trata-se, claro, de um processo de violência, dado que é a exploração da interdependência que temos com os outros, que nos mantém “como corpos, fora de nós mesmos, e uns pelos outros” (Butler, 2020, p. 48). É a partir disso que temos como objetivo, neste artigo, compreender o fazer e desfazer gênero entre homens gays em uma organização policial. Levamos em conta que gênero “é a atividade de administrar conduta situada à luz de concepções

normativas de atitudes e atividades apropriadas para a categoria sexual de alguém” (West & Zimmerman, 1987, p.127).

2. Tornar-se sujeito

O sujeito é um categoria linguística, uma estrutura em formação que ocupa um “lugar” ao ser subjetivado (Butler, 2019b). Dessa forma, a identidade pela qual somos impelidos constantemente a sustentar, trata-se apenas de um ideal normativo que permite uma ilusória coerência interna ao sujeito, podendo ser melhor compreendida como um ato performativo, um verbo, mais do que um substantivo (Butler, 2019c). No que se refere à identidade gênero, a normalização traça critérios para a inteligibilidade da “mulher real”, “homem real” e, de modo cruzado, da “sexualidade real”, dado que, ao viver, os corpos são tomados por relatos de ontologia que determinam quais corpos e sexualidades são verdadeiros e quais não são. Isso significa que o “eu” não pode ser considerado fora das interações sociais, apartado de um conjunto de normas sociais que o precede — pois já estavam ali antes da existência corporal desse “eu” — e o excede — na medida em que ultrapassa esse mesmo “eu” (Butler, 2021).

Não se trata, no entanto, de um ato imposto: as normas funcionam como um horizonte em que os sujeitos criam a si próprios. Butler (2021, p.51) faz questão de pontuar que “há uma norma em atuação, invariavelmente, que condiciona o que será e o que não será um relato reconhecível, exemplificada no fato de que sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso”. É o desejo² por reconhecimento que impele o sujeito a operar em um jogo normatizado fora de si mesmo que rege a vida inteligível, mas que, ao mesmo tempo, lhe dá os recursos para ser reconhecido como humano viável (Butler, 2004; 2020). As normas sociais, diz Butler (Butler & Athanasiou, 2013, p.76), são as “condições históricas de desejo”, dado que sem elas os sujeitos podem não existir.

Em termos foucaultianos, a função narrativa é tratada como “jogos da verdade” que estabelecem quadros por meio dos quais o sujeito se percebe como louco, criminoso, trabalhador ou pervertido sexual, produzindo realidades, experiências e comportamentos (Foucault, 2019; 2014). O “se percebe”, portanto, está ligado à

² Não nos referimos ao desejo como falta, mas como autopoisição da consciência que “implica encontrar no outro a opacidade da infinitude que me constitui ao mesmo tempo que me escapa e a respeito da qual só posso voltar a ter alguma experiência à condição de me aceitar desposuído” (Safatle, 2021, p.182).

inteligibilidade da norma contida na função narrativa e nos jogos da verdade, uma vez que “estar fora da norma representa um paradoxo para o pensamento, pois se a norma torna o campo social inteligível e normaliza esse campo para nós, então estar fora da norma é, em certo sentido, ser definido ainda em relação a ela. Não ser muito masculino ou não muito feminino ainda deve ser entendido exclusivamente em termos de sua relação com o 'bastante masculino' e o 'bastante feminino'”, como defende Butler (2004, p. 42).

Segundo Souza, Costa e Pereira (2015, p.739), quando os sujeitos realizam uma subversão ao modificarem seus corpos, “o fazem na e pela cultura, manifestando em seus corpos as relações de poder e os discursos sobre os corpos historicamente construídos, manifestando o processo de *organizing* que atua sobre os corpos”. Para alcançar o estatuto de sujeitos, muitas pessoas transexuais e intersexuais lutam pelo reconhecimento dos seus corpos a partir do que é considerado verdadeiro e humanamente viável: homem ou mulher. Fora desse binário, há apenas zonas inabitáveis de não-visíveis, de abjetos (Butler, 2019a). Dessa forma, a agência permitida é definida a partir de certos parâmetros de inteligibilidade, dado que a chamada autodeterminação não se sustenta fora das normas do mundo social (Butler, 2004; 2009; 2021).

O reconhecimento é a interpelação que constitui um ser a partir de termos que ele nunca “escolheu para emergir como um ser inteligível”, dado que o não reconhecimento leva à precariedade (Butler & Athanasiou, 2013, p.79). Nesse sentido, o desejo por reconhecimento impulsiona a performatividade e a materialização de corpos inteligíveis (Butler, 2004). Assim, o reconhecimento é sempre uma atividade de “fazer” sujeitos. Mas se o “fazer” está ligado ao constrangimento social a partir da matriz de inteligibilidade, podemos entender o reconhecimento também como um “desfazer”, na medida em que o sujeito se “desfaz” quando os esquemas de reconhecimento conferem reconhecimento a ele tanto quanto se recusa ao reconhecimento (Butler, 2004). Portanto, a “sujeição” significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito”, configurando-se, portanto, na possibilidade de ação, afirma Butler (2019b, p.10). No entanto, essa ação é ainda orientada pelas relações poder, já que a constituição dos sujeitos é sempre dependente dessa maquinaria que é exterior a ele, de uma “autonomia implicada na sujeição”, como frisa Butler (2004, p.101).

3. Fazer e desfazer gênero nas organizações

Os sujeitos se constituem também por meio das organizações, performatizando ao ler os esquemas regulatórios que estabelecem, aos corpos que administra, critérios de inteligibilidade nas organizações. Parker (2001) afirma que “fazer” o gestor é performatizar a partir de um ideal normativo que define o que é ser ou não gestor e quais expressões, adereços e comportamentos devem ser assumidos para “se passar” por um. Como as *drags*, interpretadas por Butler (2019a), a constituição do sujeito gestor está imbricada nas normas que o produz e, portanto, nos próprios regimes de poder que o sujeita. É dessa forma que “fazer” o gestor é, ao mesmo tempo, ser sujeito ao poder e sujeito do poder.

Não se trata aqui apenas do poder disciplinar, que não desapareceu por completo, dado que é parte integrante do exercício do poder. A ênfase recai sobre um poder mais tênue – e, no entanto, não menos importante, uma vez que opera no nível do desejo – que Foucault (2019, p.36) chamou de uma “arte da existência”. Esta gravita em torno do “cuidado de si”, um poder regulador que constitui o sujeito enquanto “sujeito moral”. Faz isso na medida em que “circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se”.

Na gestão, o poder disciplinar, que adentra para se apropriar por meio de instrumentos diretos de controle e submissão aos regulamentos, é quase totalmente substituído pela sedução e pelo desejo de reconhecimento, transformando o sujeito em efeito e parte do poder (Gaulejac, 2007). Se no poder disciplinar se espera que empregadas/os executem as ordens recebidas rapidamente, sem discussão e sem explicação, o poder gerencialista exige a adesão aos valores e ideais da empresa por meio do reconhecimento e do desejo (Gaulejac, 2007). É assim que pessoas, para que se tornem viáveis no trabalho, se sujeitam às normas que permitem o seu reconhecimento, já que não ser reconhecido traz desvantagens sociais. Mulheres engenheiras, por exemplo, para ganhar a reputação de profissionais competentes, necessitam performatizar seu gênero, uma vez que engenheiras “femininas” são vistas como incompetentes pela indústria da construção (Powell, Bagilhole, & Dainty, 2009).

Kerfoot (2002) afirma que o ideal profissional está alicerçado em uma concepção construída por técnicas e práticas de gestão que são criadas e reforçadas pelas próprias pessoas que se sujeitam a ela. Assim, são os sujeitos que trabalham ativamente para conter os comportamentos considerados inadequados nas organizações, uma vez que a “identidade profissional” implica “a constituição de si mesmo como objeto – de escrutínio contínuo por si mesmo tanto quanto por outros – do ideal profissional” (Kerfoot, 2002, p.93).

Dessa forma, esse modelo ideal do profissional se constitui em interação com normas sociais mais amplas, dado que a regulação de seus atributos se dá a partir da coerência culturalmente estabelecida. Isso não significa dizer que há um fazedor anterior à obra. Butler (2019c, p.56), inspirada em Nietzsche, afirma que “a obra é tudo”, sendo que, tomando por base o gênero, é seu efeito, “*performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero”, que constitui a identidade. A identidade profissional, então, nada mais é que expressões performativamente constituídas desses profissionais em busca de reconhecimento. Assim, na mesma medida em que o sujeito é usado pela norma, ele a usa como possibilidade de vir a ser (Butler, 2021).

4. Percurso Metodológico

Neste estudo, realizamos entrevistas com 11 membros da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) que se identificam como homossexuais. Os participantes, ocupando patentes variadas, desde soldado até capitão, possuíam experiências de trabalho na PMPR que variavam entre 4 a 25 anos. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de uma “análítica artesanal” (Pereira, 2014), que se baseia nas teorias foucaultianas para entender os fenômenos discursivos e traz perspectivas da Análise Crítica do Discurso (ACD) para contribuir com o método de análise. O conceito central para o entendimento desta analítica se dá em torno do enunciado, pensado com a função de carregar um efeito de verdade, que é interpretado a partir do contexto que dá sentido a ele.

5. Análise dos dados e discussão dos resultados

No ambiente de trabalho policial, ainda existe uma forte cultura heteronormativa que exige que os profissionais se enquadrem em inteligibilidades de gênero. Nesse contexto, a performatividade de gênero é um mecanismo utilizado por muitos

policiais para se adequar às normas culturais hegemônicas e evitar a discriminação e exclusão. No entanto, essa performatividade pode levar a uma deformação do gênero idealizado, o que pode resultar em consequências negativas para esses profissionais. Nessa perspectiva, esta análise aponta como as categorias a seguir levantadas –o isomorfismo, a disformia, a deformação e a reforma– que ajudam a compreender como as normas culturais implicam as práticas de fazer e desfazer gênero dos policiais –o homem-policial– e como eles lidam com isso no ambiente de trabalho.

5.1 Isomorfismo

No contexto de fazer e desfazer o gênero, o isomorfismo se refere à semelhança estrutural ou formal das experiências compartilhadas por esses indivíduos em relação à identidade sexual e de gênero na profissão policial. A princípio, os policiais relataram ter enfrentado dificuldades em revelar sua homossexualidade no ambiente de trabalho, sujeitando-se, em decorrência disso, a performatizar atos que camuflassem sua orientação sexual para se encaixar nos estereótipos de masculinidade e heterossexualidade associados à inteligibilidade de um policial.

Essa semelhança estrutural nas experiências dos policiais sugere que eles estão operando dentro de um conjunto de normas e valores culturais que conduzem à materialização de suas expressões de identidade. Como afirma Butler (2019a; 2019c), a norma é internalizada e se torna um princípio de organização da identidade. Nesse sentido, essas normas culturais são reforçadas por meio de práticas discursivas e organizacionais, que modelam as subjetividades e, dessa forma, as práticas dos sujeitos. É aqui que emerge a categoria do isomorfismo, cujo mecanismo se revela nas falas dos policiais pelos seus esforços de performatizar uma identidade compatível com a normalidade, o que pode ser entendido no enunciado a seguir.

Eu já vi gente fazer isso, na verdade. Que de primeiro quis se colocar como hétero para ser aceito de uma forma, ou não cair num falatório (Edivan).

A fala de Edivan é reveladora de como a heteronormatividade é internalizada e como a camuflagem da homossexualidade é uma forma de se proteger da discriminação (“não cair num falatório”). Butler (2019a) argumenta que a heterossexualidade é uma norma que é reproduzida diariamente por meio de práticas cotidianas que tornam as pessoas que não se encaixam nessa norma

invisíveis. Nesse contexto, a fala do participante sugere que, para se proteger da discriminação, as pessoas que não se encaixam nessa norma podem optar por se esconder, o que resulta, concomitantemente, na performatividade da camuflagem da homossexualidade e na performatividade da heterossexualidade.

Porque a profissão por si já não é uma profissão fácil, né? Ainda mais você sendo gay, é mais complicado ainda, porque quando a pessoa solicita o atendimento policial, a primeira imagem que ela vem na cabeça é aquela pessoa, provavelmente, do sexo masculino, grande, forte... que vem pra ajudar ela, né? E daí, você sendo como gay ali, optando pelo profissionalismo, você deve assim pra, digamos assim, ter um bom desempenho no seu trabalho, você deve ter esse comportamento de acordo com o que é esperado né? Pela pessoa que solicita o serviço (Elias).

A fala de Elias também é um exemplo de como as normas de gênero e sexualidade afetam as práticas profissionais dos policiais. Aqui, a normatividade da heterossexualidade e da masculinidade também é reproduzida por meio de práticas sociais que exigem que as pessoas se enquadrem nessas normas (Butler, 2019a; Butler 2019c; Safatle, 2021; Miskolci, 2013). Para além do exemplo de Edivan, Elias sugere que, como policial gay, é necessário adotar comportamentos que correspondam às expectativas das pessoas que solicitam serviços policiais, que podem ser estereotipadas como "masculinas" e "heterossexuais".

Nesse sentido, o isomorfismo refere-se a um conjunto de atos performativos de (des)fazer gênero que decorrem, no contexto deste estudo, de uma normalização de identidade que vêm imposições tanto dentro da corporação, quanto dos sujeitos que solicitam o atendimento policial. Isso mostra como as normas de gênero e sexualidade afetam as práticas profissionais dos policiais, condicionando-os a performatizar identidades que deixem invisíveis sua orientação não só frente aos colegas de trabalho, mas também à sociedade atendida. Diante dessa dupla exigência normativa acerca do gênero, os participantes adotam, nesta fase de isomorfismo, formas de cuidado de si (Foucault, 2019), como se nota nos enunciados a seguir.

Essa fase foi muito marcante por tentar adotar mecanismo de fazer de conta que não era gay, de falar sobre que... que pegava mulher... essas coisas assim (Felipe).

Quando eu entrei na polícia, de forma a me defender, eu não entrei me assumindo como realmente eu era. Eu entrei com o estereótipo forçado de uma

pessoa que não é o que ela é [...]. Eu era chato porque eu era forçado ser algo que eu não era (Gabriel).

O enunciado de Felipe é um exemplo de como a o isomorfismo é um “mecanismo de fazer de conta que não era gay”. Nesse contexto, o sujeito performatiza a tentativa de esconder sua sexualidade por meio de aparentar uma heterossexualidade normatizada ao “falar sobre pegar mulher”. Como a homossexualidade é vista como um desvio em relação à norma heteronormativa, há aqui a forçada internalização dessa norma (Preciado, 2014). Ou seja, ser um policial-homem demanda, além dos atributos idealizados à uma inteligibilidade masculina, a orientação heterossexual. Ser um policial requer performatização de um homem-policial. Em outras palavras, ser “masculino, grande e forte” é apenas uma parte desse gênero a ser praticado, pois a orientação também integra os atos performativos que lhe são esperados.

Nesse mesmo sentido, adotando uma evidente postura de “cuidado de si” (Foucault, 2019), Gabriel sugere que, para se proteger da discriminação, ele se sujeita a apresentar-se como um sujeito que se enquadra no imaginário hegemônico heteronormativo. Isso mostra como a heteronormatividade é reproduzida por meio de práticas institucionais que exigem que as pessoas ocupem um lugar de desconforto (“estereótipo forçado”, “forçado a ser algo que eu não era”) ao performatizar o ideal do gênero homem-policial.

Ao construir seu gênero também por meio da sexualidade, os participantes, na fase do isomorfismo, tendem a, frente às demandas tanto de dentro quanto de fora da corporação, performatizar uma identidade heteronormativa masculinizada preocupados com o cuidado de si (Foucault, 2019). No entanto, como esses atos pertencem a um universo de faz de conta e, dessa forma, implicam uma identidade forçada, em que se assume um papel que não lhe condiz, esses sujeitos entram em uma nova fase em que o gênero do homem-policial começa a ser desfeito: a disformia.

5.2 Disformia

Nesta categoria, o (des) fazer gênero no contexto dos policiais participantes procede por meio de performatividades que se afastam do isomorfismo. Por mais que os participantes tentassem constituir suas identidades consoante ao imaginário hegemônico heteronormativo do que deveria ser um policial-homem,

algumas nuances destoantes dessa demanda sempre se deixam entrever. É nesse sentido que esse gênero aqui em questão sofre aspectos de disformia em sua constituição mórfica, revelando elementos do ideário homossexual.

Eu era meio receoso [...] então dependendo da situação, eu negava. Porque eu não sabia como eu ia ser. [...] eu fazia a sonsa. Mas como tinha o diz-que-me-diz, e eu não era assumido assim e tals, alguns não ficavam no meu grupinho, [...] davam aquela excluída. A tal da exclusão sempre existiu. Eu já sabia dessa parte militar (por ter sido do exército brasileiro por seis anos), [...] mas alguns momentos tinha sim as retaliações [...], as piadinhas né? Que vão cutucado né?" (Meurer).

E o mais constrangedor que aconteceu ali, o momento em que eu mais me senti fragilizado, foi justamente quando veio à tona a minha realidade... que trouxeram à tona ali, e até hoje eu confesso que não sei como foi... [...]. Eu sei que descobriram a minha sexualidade. Na ocasião até tiraram uma foto minha, eu estava de costas numa balada, tiraram e mandaram num grupo e tal [...]. Foi o momento que eu bati no peito e falei: "sou, sou gay e acabou". Assim... as piadinhas continuaram, mas aí eu acabei entrando na brincadeira como maneira de não me machucar, e eu também sabia que acabar com elas eu não iria, e foi a maneira que eu acabei entrando... e foi a minha saída, a minha melhor saída, mas foi um momento ali muito constrangedor, um momento que eu fiquei muito preocupado. Por mais que eu superei e acabei aceitando a realidade (Gabriel).

Meurer e Gabriel passam por uma disformia ao performatizar o isomorfismo, mas a disformia frente ao demandado gênero masculino foi posto em xeque. Nesse sentido, é perceptível como os atos performativos de Meurer e Gabriel exemplificam uma materialização ambígua do gênero. Ao passo que buscam o isomorfismo ao performatizar a demanda do homem-policial, revelam fortes nuances do que se corresponde ao ideário de homossexual, o que, para a corporação destoa do gênero masculino normalizado. Há, dessa forma, um desencaixe, uma impossibilidade de enquadramento das demandas de gênero. É por isso que percebemos o desejo, por parte dos demais policiais, de uma revelação que traga luz ao que esteja acontecendo. Isso também pode ser encontrado nos enunciados de Felipe a seguir.

quando eu ainda não me assumia, eu fui trabalhar em Londrina por 5 anos e dois policiais me encurralaram, digamos assim né? E daí, eles começaram a fazer um monte de perguntas, porque eu dividia a casa com um oficial que

também era gay, e também não era assumido. E daí que a gente não queria se assumir, besteiras... [...] E daí, essas perguntas, essas coisas assim, eu comecei a ficar agoniado assim, sabe? Eu me senti preso, pensava “ah, eles vão me descobrir, nossa... ai meu Deus do céu”... tipo, depois eu fui entender, eles já sabiam. Eles já sabiam (Felipe).

O que podemos compreender com a categoria da disformia é que ela, ao se levantar a partir de uma prática de isomorfismo, revelando-se a ela como contraditória da perspectiva da demanda de gênero, faz surgir um comportamento considerado como ambíguo. Diante disso, a prática do isomorfismo de disfarçar o que é evidente (“depois que eu fui entender, eles já sabiam”), provoca um interesse, por parte dos demais policiais, em dimensionar os participantes, já que eles não se enquadram na demanda do homem-policial.

Como o “cuidado de si” (Foucault, 2019) não foi de todo contemplado na fase do isomorfismo, deixando escapar aspectos disformes dos participantes, outro dispositivo foucaultiano emerge como consequência: a vontade de saber (Foucault, 2018a) por parte dos colegas de trabalho que percebem a quebra de expectativa do gênero homem-policial. Com essa desconfiança de que há aspectos destoantes ao gênero demandado, os demais policiais exigem dos participantes uma confissão da disformia. Notamos isso nas passagens “dois policiais me encurralaram” de Felipe, “foi o momento que eu bati no peito e falei: ‘sou, sou gay e acabou’” de Gabriel e “então dependendo da situação, eu negava” de Meurer.

Desse modo, a disformia se mostra como uma desconfiguração do gênero homem-policial demandado. Tal desconfiguração, de acordo com os exemplos de enunciados apresentados, são performatividades que sempre estiveram presentes e no imaginário dos demais policiais, mesmo que os participantes quisessem camuflá-las por meio do isomorfismo, materializando uma ambiguidade para a perspectiva da corporação. Nesse contexto, era necessário o reencaixe do que se destoava das demandas de gênero, pois, nesse sentido, o gênero se apresenta como algo sacralizado e, portanto, não deve ser profanado.

Diante disso, foi preciso um mecanismo de purificação: a confissão. Os participantes tiveram de confessar as práticas de sexualidade que transgrediam frente ao gênero homem-policial demandado. Assim, surge uma nova categoria em decorrência dessa confissão de erro: a deformação.

5.3 Deformação

A deformação é a constatação da disformia. Enquanto a disformia se apresentava como algo que destoava da normalização do gênero homem-policial, a deformação consiste em um conjunto de ações reacionárias frente à performatividade do participante em assumir conscientemente a resistência à modelagem de gênero. Baseando-nos no pensamento de Foucault (2019), notamos aqui que o poder cria um mecanismo de dimensões idealizadas de homem-policial que forçam os sujeitos a se adequar. Concomitantemente, esse fenômeno leva a práticas de resistência, ou, como aponta Butler (2019b), a uma subversão do próprio poder.

Uma vez que, segundo Kerfoot (2002), o ideal profissional está calcado em uma concepção construída por práticas e técnicas criadas e reforçadas pelas pessoas que a ela estão sujeitas, ser subversivo ou resistir ao poder que materializa o gênero homem-policial é um ato de deformação e, como tal, implica consequências. Nesse sentido, essa categoria da deformação é assim nomeada porque a subversão ameaça a manutenção dos critérios de inteligibilidade do gênero, fazendo com que os sujeitos que agem com a finalidade de conter os comportamentos considerados inadequados apliquem consequências aos subversivos.

Dessa maneira, na corporação, confessar a homossexualidade e comportar-se de modo que ela não seja mais totalmente camuflada envolve a adoção de um conjunto de práticas performativas as quais se opõem ao ideal normativo do homem-policial, deformando-o. Como pode ser compreendido nos enunciados de Anderson a seguir, nota-se que não basta ter sido aprovado nas fases do concurso para a polícia militar para exercer o cargo. Para isso, é necessário, também, performatizar o gênero homem-policial.

No começo foi bem difícil, o próprio pessoal da minha turma não queria que eu continuasse. Os meus coordenadores não queriam que eu continuasse. Até no meu primeiro ano depois de formado, teve gente que falou assim: "Olha, procura outra coisa pra você fazer, que isso não é pra você". "[...] Ó, isso não serve para você". "Você não tem a entonação de voz que a gente precisa". "Você não é tão rígido quanto a gente precisa que você seja". Tipo... não consideravam outras qualidades, somente aquelas que, teoricamente, são as que um policial deve ter. [...] O comandante simplesmente olhou pra mim e falou que eu não servia para aquilo, que eu deveria trabalhar em um banco. Daí, por conta disso, eu fui transferido de unidade. [...] Aí eu fui pra Maringá e, em Maringá, os comandantes todos sabiam [...] que ia um aspirante gay pra

Maringá. Então quando eu cheguei em Maringá todo mundo sabia [...]. A pessoa da minha turma que fez isso, óbvio, fez isso pra me prejudicar. [...] Nas avaliações de desempenho eles acabam colocando notas baixas. Nas oportunidades de trabalhar em lugares melhores também acabam colocando essas barreiras. Eu sinto uma diferença, sim... de cobrança, por exemplo. Parece que eu tenho mais responsabilidades do que outros tenentes do mesmo nível hierárquico". (Anderson).

Aqui compreendemos que, mesmo que a aprovação de concurso público lhe desse o direito de participar da corporação, destoar do ideal de homem-policial era motivo para receber a determinação de que essa profissão não deveria ser exercida por Anderson ("procura outra coisa pra você fazer, que isso não é pra você") e, até mesmo, deveria trabalhar em uma instituição mais adequada aos seus atos performativos: "o comandante simplesmente olhou pra mim e falou que eu não servia pra aquilo, que eu deveria trabalhar num banco". E como o participante não acatou essas determinações ao deformar o gênero homem-policial, foram-lhe aplicadas algumas formas de punições. Essas punições foram compreendidas pelo participante como "barreiras" para a sua permanência no corpo da polícia, que se deram por meio de transferência, cobranças mais rígidas e sabotagem. Já acerca das cobranças mais rígidas, Anderson compreende que tem "mais responsabilidades do que outros tenentes do mesmo nível hierárquico". No entanto, essas responsabilidades, para o participante, são no sentido de a cobrança ser "um pouquinho maior" em relação aos demais policiais que supostamente atendem à demanda de gênero idealizada.

Por fim, a exemplo de Anderson, ocorre também uma sabotagem como forma de punição à deformação do gênero homem-policial. Segundo ele, "nas avaliações de desempenho, eles acabam colocando notas mais baixas". Diante do desempenho de policiais que performatizam atos de inteligibilidade na constituição do homem-policial, o comparativo "notas mais baixas", demonstram uma arbitrariedade – "eles acabam colocando" – em favor do normalizado e em detrimento do subversivo. Nesse sentido, a deformação se constitui como um ato performativo de subversão e, como tal, mal-recebida pela corporação – uma deformação em si – passível de punição pelo seu desenquadramento. De modo semelhante, Meurer e Gabriel destacam:

Tem a parte de ficar [...] excluindo o cara, trocando as funções [...] mandar ele pra outro lugar, "aqui não!" "Aqui não!" "Não vai sair aqui com nós porque ele vai

queimar a corporação”. [...] porque eles têm na cabeça deles que o gay vai manchar a corporação, principalmente os que tem a farda no corpo mesmo” (Meurer).

Isso tem muito, muito, muito mesmo, sabe? De policiais que falam assim: “meu Deus, esse cara não dá, ele é muito afeminado, nossa, ele afeta a imagem da corporação”, isso tem! Tem bastante! (Gabriel).

Nesses enunciados podemos também compreender como a deformação se constitui como um desencaixe a ser punido. A punição de “ficar excluindo o cara, trocando as funções [...] mandar ele pra outro lugar” se dá, reforçando por mais esse exemplo, por uma questão de falta de inteligibilidade. Ou seja, não se constituir como o gênero padronizado do contexto policial, performatizando outras modelagens destoantes é uma subversão compreendida como atos negativos (“ele vai queimar a corporação”, “o gay vai manchar a corporação”, “ele é muito afeminado, nossa, ele afeta a imagem da corporação”).

Assim, existir como homossexual, sobretudo, afeminado, permitindo-se, para tanto, atos performativos que são atribuídos a essa modelagem se constitui como uma afronta para a corpo policial, uma vez que esses atos se traduzem em “queimar”, “manchar” e “afetar a imagem” da corporação. Dessa forma, performatividades homossexuais dentro da polícia militar, a partir desses exemplos, é uma deformação e, como tal, deve ser punida. Tais punições, além da piadas, sabotagens, transferências e exigências constatadas nesses exemplos, ainda ocorrem por outros meios quando o sujeito homossexual tem um relacionamento duradouro.

Sabe uma coisa que existe na polícia? Isso é uma coisa que me incomoda! Isso é uma questão de tradição, assim cara. Eles vão lá fazer uma solenidade, eles levam a esposa, e aí eles dão uma plaquinha de homenagem para o policial e dão um buquê de flores para a esposa, e chamam ela pelo nome e tudo. [...] Nem sempre você vai levar sua esposa, uma hora você vai chegar com seu esposo lá, como é que vai ser? [Quando é gay,] o cara vai sozinho, sabia? E eu acabei de pensar isso agora. Como é que seria comigo? Eu não sei. Acho que dependeria muito do meu parceiro também. Eu respeitaria a opinião dele” (Edvan).

Eu gostaria muito de ser o comandante geral da polícia militar, que é o cargo máximo, né? É quem manda em todos os 27 mil homens que nós temos hoje na polícia militar, mas eu sei que eu não vou chegar lá né... uma questão seria

pela orientação sexual né... isso tá na moda antiga ainda. Porque imaginava-se que o comandante geral precisava ter uma primeira dama, né? Então, como assim ele não vai ter uma primeira dama da polícia militar? Então eu já tenho a consciência de que eu não vou ser o comandante geral (Wagner).

A análise aplicadas às falas dos policiais Edvan e Wagner aponta a existência de um poder heteronormativo que impõe modelos ideais de comportamento e conduta e exclui a subversão de gênero idealizado do ambiente policial. Essa tradição heteronormativa implica a existência de atos de performatividade de gênero bem definidos, como o papel da esposa que deve ser homenageada e o papel do marido que deve ser o comandante geral da polícia militar.

Essa dinâmica de poder também se manifesta na fala de Wagner, que sonha em ser o comandante geral da polícia militar. No entanto, compreende que isso é improvável por causa de seu afastamento do gênero homem-policial, já que “imaginava-se que o comandante geral precisava ter uma primeira dama, né?”. Esse discurso hegemônico heteronormativo estabelece um modelo ideal de comportamento e conduta para o homem-policial que deve ser seguido pelos indivíduos, e que naturaliza a heteronormatividade como algo desejável e esperado.

Nesse sentido, é possível afirmar que Edvan e Wagner estão sendo punidos por fugirem da inteligibilidade de gênero estabelecida pela disciplina organizacional. Portanto, nesses exemplos, a disciplina de gênero é uma forma de controle social que regula os corpos e os comportamentos, impondo modelos ideais de masculinidade que devem ser seguidos pelos sujeitos. Quando um deles se recusa a se adequar a esses modelos ideais de gênero, ou seja, quando ele performatiza uma deformação, ele é punido no grupo social. Assim, a punição é a constatação da deformação. Ou seja, a disciplina de gênero é uma das formas de controle da corporação que garantem a manutenção da ordem e a reprodução das normas e valores estabelecidos pelo poder normativo, levando os participantes a repensarem a deformação do gênero homem-policial praticada, conduzindo-os, por vezes, à uma reforma.

5.4 Reforma

Nesta categoria, o gênero homem-policial é recuperado como uma possibilidade de permanência com menos atritos na corporação. Nesse sentido, os participantes relatam como retomar o "cuidado de si" como modo de atender, em algum nível, as

demandas de gênero para o cargo que ocupam, tornando, como aponta Gaulejac (2007), o sujeito em efeito e parte do poder. Dito de outra forma, os participantes assimilam que há uma normatividade heterossexual na corporação policial e na sociedade em geral, e não performatizar essa normatividade pode afetar a sua imagem e carreira profissional. Como resultado, eles adotam atos performativos que correspondem às expectativas normativas para proteger a sua posição na corporação e se adaptar às demandas de gênero dominantes. Assim, eles moldam suas aparências e comportamentos para corresponder à inteligibilidade que a sociedade tem de um policial –heterossexual, masculino e bruto– o que mostra um "cuidado de si" (Foucault, 2019) em relação a sua posição social.

Eu não sou afeminado, né? [...] Por eu ter me moldado desse jeito retinho ali no troço militar, heterozinho ali, a minha vida é assim [...] eu não consigo dar uma desmunhecada, [...] quando eu tô com a galerinha lá do batalhão, é cara fechada, cara de cu. [...] porque eu aprendi assim, se eu ficar me abrindo, eu ficar sorrindo e tal, eles vão pisar na gente, [...] eles vão se aproveitar da sua bondade... de você. [...] Então você tem que formar ali aquele casco duro, aquela armadura pra se proteger (Meurer).

A partir dos enunciados de Meurer, compreendemos que a reforma é uma necessidade de atendimento de demanda muito enfatizada por parte do participante. A construção da masculinidade hegemônica é tão esperada que se reforça a necessidade de se conformar a um modelo de comportamento “retinho” e “macho”, sem espaço para expressões afeminadas ou sensíveis. O participante, por exemplo, relata que “por eu ter me moldado desse jeito retinho ali no troço militar, heterozinho ali, a minha vida é assim”, indicando que a masculinidade hegemônica foi incutida nele desde sua formação militar de tal forma que ele não se vê capaz de performatizar alguns atos afeminados: “eu não consigo dar uma desmunhecada”.

Meurer também afirma ter aprendido a performatizar práticas que o distanciasse de ser alvo de ataques da categoria de deformação: “quando eu tô com a galerinha lá do batalhão, é cara fechada, cara de cu”. Dessa forma, por meio de uma ênfase no gênero demandado, essa categoria de reforma intensifica a entrega das demandas do gênero homem-policial, materializando a formação de um “casco duro” e uma “armadura” para evitar ser pisado pelos outros, o que sugere que a vulnerabilidade e a sensibilidade são associadas a uma ameaça à masculinidade. Gabriel também apresenta performatividades afins:

Cria-se um estereótipo de delicadeza, e eu sou exatamente o oposto. Não sou uma pessoa delicada, não sou uma pessoa sensível, eu sou uma pessoa bruta, eu sou uma pessoa... até, de certa forma, violenta. [...] eu fujo um pouco daquele estereótipo de homossexual mais delicadinho, que tem medo de tudo (Gabriel).

O participante, por sua vez, afirma que “eu sou uma pessoa bruta, eu sou uma pessoa... até, de certa forma, violenta”, indicando que a agressividade é valorizada em detrimento da delicadeza associada aos estereótipos de homossexualidade. Nesse contexto, o participante demonstra estar consciente de que há uma expectativa social de que os homens gays devem ser afeminados e sensíveis, e que isso pode levar a serem marginalizados ou discriminados na sociedade e na corporação policial. Ao adotar atos performativos como bruto e violento, ele está desafiando essa expectativa e distanciando-se dessa inteligibilidade. Dessa forma, o participante está buscando se proteger de possíveis consequências da categoria da deformação que poderiam decorrer de sua identidade sexual. Assim, o policial adota uma forma de "cuidado de si" foucaultiano, já que ele está procurando proteger sua posição social e profissional, mas ao mesmo tempo, como efeito e parte do poder (Gaulejac, 2007), pode ser prejudicial para outros indivíduos que não se enquadram em um modelo de masculinidade hegemônica.

Eu sempre tive uma postura de entender que a minha função na corporação não tem a ver com aquilo que eu faço ou deixo de fazer fora dela. Porém, eu represento a corporação. E nesse fato de eu representar a corporação eu não posso ter determinados tipos de comportamento. Então, por exemplo, eu não posso ter comportamentos afeminados, digamos assim. Eu não posso, por exemplo, andar de mãos dadas fardado. Não posso beijar fardado em locais públicos. Isso não pode. Porque, né, não é muito mais uma questão não minha, mas com relação a uma imagem que a sociedade faz. A sociedade coloca a imagem de um policial como sendo um cara hétero, macho etc., e isso é uma coisa que mancha a imagem da corporação. Então, eu entendi isso. Não concordo, mas entendi. Que a imagem que a polícia representa para a sociedade ela ainda possui um peso muito forte. Vai demorar um tempo até mudar isso e eu também tive que entender isso... que as pessoas não sabem como lidar conosco hoje (Felipe).

Esses enunciados demonstram como a imagem do policial está enraizada em demandas de inteligibilidade que reforçam o ideal do gênero homem-policial, criando uma forte pressão social para que os policiais se comportem de acordo com esses padrões. Além disso, é possível depreender uma profunda preocupação

com a imagem da corporação, o que revela a importância do pertencimento à instituição para esses indivíduos, resgatando, assim, os "cuidados de si" (Foucault, 2019). Em última análise, a fala de Felipe aponta para a existência de uma complexa rede de relações sociais que molda a identidade e, desse modo, os atos performativos dos policiais, refletindo as normas e valores da sociedade em que estão inseridos.

Talvez, no começo, eu me irritasse com isso, sabe? Mas, depois, foda-se. Se a gente for ficar ligando pra tudo isso, sabe? Talvez, algumas coisas eu [...], principalmente quando eu to irritado, daí [...] eu faço uma voz mais fina quando eu to irritado, então, assim... eu evito mandar áudios pelos WhatsApp [...] se eu sei que eu vou me alterar, daí eu já evito, porque eu sei que vai sair uma voz um pouco mais fina [...] (Wagner).

Ao dizer "foda-se", o policial parece estar se afastando da norma social que espera que os profissionais de segurança pública sejam sempre serenos e autocontrolados, assumindo uma disformia e, como consequência, uma deformação. Esse movimento de desfazer o gênero homem-policial sugere que os profissionais são capazes de agir de forma a romper com a demanda de gênero e exercer certo grau de controle para além as demandas que os moldam.

No entanto, ao mesmo tempo, o policial também reconhece a importância de se adequar às demandas de gênero ao evitar enviar áudios quando irritado. O enunciado "eu faço uma voz mais fina quando eu to irritado, então, assim... eu evito mandar áudios pelos WhatsApp [...] se eu sei que eu vou me alterar, daí eu já evito, porque eu sei que vai sair uma voz um pouco mais fina" indica que o policial está ciente das expectativas de gênero associadas à figura masculina, que muitas vezes exigem que homens expressem raiva ou irritação por meio de uma voz mais grave. Ele evita desviar-se dessas demandas, demonstrando que a coerência culturalmente estabelecida ainda tem um papel importante na formação daquilo que chamamos de identidade profissional (Kerfoot, 2002; Butler, 2021).

Nesse sentido, a fala do policial exemplifica a tensão entre a adesão às normas sociais e a busca pela autonomia e liberdade individual, que é central nas discussões sobre identidade e gênero. O policial parece estar se afastando da norma social que espera que os profissionais de segurança pública sejam sempre serenos e autocontrolados, mas também reconhece a importância de se adequar às expectativas de gênero associadas ao gênero masculino demandado. Essa

tensão sugere que a identidade é constituída por práticas reguladoras externas e atos de resistência e subversão que ocorrem no interior dessas práticas.

6. Considerações finais

Com base nas categorias levantadas, é possível compreender como o processo de (des)fazer gênero no contexto policial está presente na vida dos policiais participantes que se identificam como homossexuais. A categoria do isomorfismo revela que, a princípio, os policiais homossexuais tentam se adequar aos estereótipos de masculinidade e heterossexualidade associados à profissão policial, a fim de esconder sua orientação sexual. No entanto, a categoria da disformia mostra que a construção da identidade policial homem-policial pode ser desconfigurada em alguns aspectos, evidenciando elementos do ideário homossexual.

A categoria da deformação evidencia uma resistência consciente à modelagem de gênero, que ocorre quando os policiais homossexuais se recusam a se conformar aos estereótipos heteronormativos da profissão policial. Por fim, a categoria da reforma mostra que os policiais homossexuais podem adotar atos performativos que correspondem às expectativas normativas para proteger sua posição na corporação e se adaptar às demandas de gênero dominantes.

Portanto, os resultados desta análise indicam que o processo de (des)fazer gênero no contexto policial é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve a interação entre a identidade sexual e de gênero dos policiais, as expectativas normativas da corporação e da sociedade em geral, e as práticas e técnicas criadas e reforçadas pelas pessoas que a ela estão sujeitas.

Referências

- Acker, J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. *Gender and Society*, 4(2), 139-158. <https://doi.org/10.1177/089124390004002002>
- Alves, R. D. R., & Rosa, F. S. (2022). Práticas LGBTfóbicas e a saúde mental do (da) policial LGBTQ+ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 13(7), 141-180. <https://doi.org/10.31412/rbcp.v13i7.886>
- Butler, J. (2021). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Autêntica.
- Butler, J. (2020). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica.
- Butler, J. (2019a). *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. N-1 Edições.
- Butler, J. (2019b). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Autêntica.
- Butler, J. (2019c). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (18a ed). Civilização Brasileira.

- Butler, J. (2009). *Frames of war: when is life grievable?* Verso.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Butler, J., & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: the performative in the political*. Polity.
- Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres* (6a ed). Paz & Terra.
- Foucault, M. (2018). *História da Sexualidade 1: a vontade saber* (7a ed.). Paz & Terra.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (42a ed.). Vozes.
- França, F. G. (2016). "Hierarquia da invisibilidade": preconceito e homofobia na formação policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10(2), 154-170. Recuperado de <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/700/244>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação*. Ideias & Letras.
- Giddings, L. S., & Pringle, J. K. (2011). Heteronormativity at work: stories from two lesbian academics. *Women's Studies Journal*, 25(2), 91-100. Recuperado de <https://openrepository.aut.ac.nz/server/api/core/bitstreams/000c87bb-203a-4503-94c0-6fca505277e1/content>
- Jackson, S., & Scott, S. (2001). Putting the body's feet on the ground: towards a sociological reconceptualization of gendered and sexual embodiment. In K. Backett-Milburn, & L. McKie. (Edit.). *Constructing gendered bodies* (pp.9-24). Palgrave.
- Kerfoot, D. (2002). Managing the "professional" man. In M. Dent, & S. Whitehead (Edit.). *Managing professional identities: knowledge, performativity and the "new" professional* (pp.81-95). Routledge.
- Lima, R. K. (2021). Direitos Civis, Estado de Direito e "cultura policial": a formação policial em questão. *Revista Campo Minado*, 1, 95-113. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/48618/28501>
- Miskolci, R. (2013). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Annablume.
- Parker, M. (2001). Fucking management: queer, theory and reflexivity. *Ephemera*, 1(1), 36-53. Recuperado de <https://ephemerajournal.org/sites/default/files/2022-01/1-1parker.pdf>
- Pavaneli, A., & Barreto, H. (2018, Agosto 13). Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério de avaliação psicológica. *Portal G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>
- Pereira, R. (2014). *Sobre heróis, coronéis e operários: notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Persson, A. (2011) An Unintended Side Effect of Pepper Spray: Gender Trouble and "Repair Work" in an Armed Forces Unit. *Men and Masculinities*, 15(2), 132-151. <https://doi.org/10.1177/1097184X11429596>
- Powell, A., Bagilhole, B, & Dainty, A. (2009). How women engineers do and undo gender: consequences for gender equality. *Gender, Work & Organization*, 16(4), 411-428. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2008.00406.x>
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual*. N-1 edições.
- Priola, V., Lasio, D., Serri, F., & De Simone, S. (2018). The organisation of sexuality and the sexuality of organisation: a genealogical analysis of sexual 'inclusive exclusion' at work. *Organization*, 26(6), 1-23. <https://doi.org/10.1177/1350508418790140>
- Rumens, N., & Kerfoot, D. (2009). Gay men at work: (Re)constructing the self as professional. *Human Relations*, 62(5), 763-786. doi: <https://doi.org/10.1177/0018726709103457>
- Safatle, V. (2021). Posfácio: dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In J. Butler. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (pp.173-196). Autêntica.

Souza, E. M. de, Costa, A. de S. & Pereira, S. J. N. (2015). A Organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos Ebape*, 13(4), 727-742.
<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395118624>

West, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1(2), 125-151. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/189945>